

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	48
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	49
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	50
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	51
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	54
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	55
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	56
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	1.269.669	1.158.301
1.01	Ativo Circulante	287.210	156.609
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	255.744	130.430
1.01.03	Contas a Receber	20.440	11.780
1.01.03.01	Clientes	1.117	940
1.01.03.01.01	Concessionárias	1.117	940
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.323	10.840
1.01.03.02.01	Rendas a receber	19.323	10.840
1.01.04	Estoques	7.782	7.546
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.261	6.313
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.261	6.313
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição social a compensar	0	6.156
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	2.261	157
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	983	540
1.01.08.03	Outros	983	540
1.01.08.03.01	Prêmio de risco - GSF	48	48
1.01.08.03.02	Outros créditos	935	492
1.02	Ativo Não Circulante	982.459	1.001.692
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.330	1.804
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.330	1.804
1.02.01.10.03	Cauções e depósitos vinculados	1.550	978
1.02.01.10.04	Prêmio de risco - GSF	252	300
1.02.01.10.05	Outros créditos	528	526
1.02.03	Imobilizado	953.300	983.192
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	926.161	961.164
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	703	1.300
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	26.436	20.728
1.02.04	Intangível	26.829	16.696
1.02.04.01	Intangíveis	26.829	16.696
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	24.896	15.395
1.02.04.01.02	Intangível em Serviço	761	169
1.02.04.01.03	Intangível em Curso	1.172	1.132

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	1.269.669	1.158.301
2.01	Passivo Circulante	95.880	46.956
2.01.02	Fornecedores	6.086	4.117
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.086	4.117
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.426	4.670
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.271	4.587
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.631	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.640	4.587
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	53	62
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	102	21
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	11.615	4.031
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	11.615	4.031
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.615	4.031
2.01.05	Outras Obrigações	54.275	27.664
2.01.05.02	Outros	54.275	27.664
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	42.714	16.627
2.01.05.02.04	Uso do Bem Público	8.224	7.727
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	3.337	3.310
2.01.06	Provisões	6.478	6.474
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	44	50
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	44	50
2.01.06.02	Outras Provisões	6.434	6.424
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.434	6.424
2.02	Passivo Não Circulante	205.434	198.668
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	100.218	96.710
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	100.218	96.710
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	100.218	96.710
2.02.02	Outras Obrigações	69.820	60.591
2.02.02.02	Outros	69.820	60.591
2.02.02.02.05	Uso do bem público	68.578	58.370
2.02.02.02.06	Outras contas a pagar	1.242	2.221
2.02.03	Tributos Diferidos	15.971	17.972
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.971	17.972
2.02.04	Provisões	19.425	23.395
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.954	16.564
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.121	1.284
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	15.833	15.280
2.02.04.02	Outras Provisões	2.471	6.831
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	1.991	6.247
2.02.04.02.04	Outras provisões	480	584
2.03	Patrimônio Líquido	968.355	912.677
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	148.778	93.329
2.03.04.01	Reserva Legal	61.149	55.631

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	16.816	14.863
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	57.895	9.917
2.03.04.10	Reserva de Investimento	12.918	12.918
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	645	416

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	220.982	126.818
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-61.160	-60.070
3.02.01	Custo com energia elétrica	2.390	-83
3.02.02	Custo de operação	-63.550	-59.987
3.03	Resultado Bruto	159.822	66.748
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.326	-9.462
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.296	-9.386
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-10.296	-9.386
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-30	-76
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	149.496	57.286
3.06	Resultado Financeiro	-8.013	-25.013
3.06.01	Receitas Financeiras	22.647	4.946
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.660	-29.959
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	141.483	32.273
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-31.127	-4.697
3.08.01	Corrente	-33.250	-11.818
3.08.02	Diferido	2.123	7.121
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	110.356	27.576
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	110.356	27.576
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,20362	0,04615
3.99.01.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.01.03	PNA	0,20362	0,04615
3.99.01.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.01.05	PNC	0,20362	0,04615
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,20362	0,04615
3.99.02.02	PNR	0,01223	0,01223
3.99.02.03	PNA	0,20362	0,04615
3.99.02.04	PNB	0,03669	0,03669
3.99.02.05	PNC	0,20362	0,04615

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	110.356	27.576
4.02	Outros Resultados Abrangentes	229	272
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	347	412
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-118	-140
4.03	Resultado Abrangente do Período	110.585	27.848

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	161.592	80.600
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	211.718	101.373
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	141.483	32.273
6.01.01.03	Direito de concessão - GSF	-3.269	0
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	41.196	39.297
6.01.01.08	Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos	20.046	10.465
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	6.773	13.913
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	4.290	2.818
6.01.01.18	Outros	1.199	2.607
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-50.126	-20.773
6.01.02.01	Concessionárias	-177	348
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-4.245	-940
6.01.02.04	Rendas a receber	-8.483	1.858
6.01.02.05	Estoques	-236	-341
6.01.02.06	Cauções e depósitos vinculados	-496	0
6.01.02.07	Outros ativos operacionais	-445	-369
6.01.02.08	Fornecedores	1.969	-355
6.01.02.09	Outros tributos e contribuições sociais	6.191	4.636
6.01.02.10	Benefícios pós-emprego	-347	-5
6.01.02.13	Provisões	-9.433	-4.957
6.01.02.14	Uso do bem público	-7.795	-6.587
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	-351	-212
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-26.278	-13.849
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-6.238	-3.956
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-6.238	-3.956
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-30.040	-34.766
6.03.03	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-21.781	-26.896
6.03.05	Pagamentos de encargos de dívidas	-8.012	-7.607
6.03.06	Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	-247	-263
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	125.314	41.878
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	130.430	88.552
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	255.744	130.430

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	93.329	0	416	912.677
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	93.329	0	416	912.677
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.917	-46.943	0	-56.860
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-46.943	0	-46.943
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2022	0	0	-9.917	0	0	-9.917
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	110.356	229	110.585
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	110.356	0	110.356
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	229	229
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	347	347
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-118	-118
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	65.366	-63.413	0	1.953
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.518	-5.518	0	0
5.06.04	Reserva de retenção de lucros	0	0	1.953	0	0	1.953
5.06.08	Lucro do exercício a deliberar	0	0	57.895	-57.895	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	148.778	0	645	968.355

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	90.225	0	144	909.301
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	90.225	0	144	909.301
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-10.708	-16.280	0	-26.988
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.280	0	-16.280
5.04.08	Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2021	0	0	-10.708	0	0	-10.708
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.576	272	27.848
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.576	0	27.576
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	272	272
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	412	412
5.05.02.07	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-140	-140
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.812	-11.296	0	2.516
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.379	-1.379	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	2.516	0	0	2.516
5.06.06	Lucro do exercício a deliberar	0	0	9.917	-9.917	0	0
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	93.329	0	416	912.677

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	251.040	144.076
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	243.889	140.091
7.01.02	Outras Receitas	18	29
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.133	3.956
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.574	-16.368
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	3.194	700
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.173	-14.627
7.02.04	Outros	-3.595	-2.441
7.02.04.01	Encargos de uso da rede elétrica	-893	-791
7.02.04.02	Outros custos operacionais	-2.702	-1.650
7.03	Valor Adicionado Bruto	231.466	127.708
7.04	Retenções	-41.478	-39.555
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.478	-39.555
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	189.988	88.153
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.754	5.189
7.06.02	Receitas Financeiras	23.754	5.189
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	213.742	93.342
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	213.742	93.342
7.08.01	Pessoal	16.596	15.606
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.876	12.086
7.08.01.02	Benefícios	2.781	2.724
7.08.01.03	F.G.T.S.	939	796
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	55.916	20.054
7.08.02.01	Federais	55.427	19.583
7.08.02.02	Estaduais	410	397
7.08.02.03	Municipais	79	74
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.874	30.106
7.08.03.01	Juros	30.660	29.959
7.08.03.02	Aluguéis	214	147
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	110.356	27.576
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	46.943	16.280
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	63.413	11.296

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Investco S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 composta pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Resultados Abrangentes, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstrações do Valor Adicionado, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O ano de 2022 foi um período marcado por diversos avanços e conquistas para a INVESTCO. Conseguimos estabelecer um padrão operacional com os indicadores da UHE do Lajeado registrando níveis altíssimos de excelência e, pelo quarto ano consecutivo, a disponibilidade operacional manteve-se acima dos 97%. A taxa de falha da usina ficou em zero pelo segundo ano consecutivo, o que reforça a confiabilidade da operação.

Desde 2018, a UHE do Lajeado figura entre as melhores usinas do país com nota 100 em Meio Ambiente e Segurança, segundo ranking da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Ainda, em linha com os destaques mencionados, a geração anual atingiu o maior valor dos últimos 7 anos, com 4,03 TWh gerados no ano de 2022.

Esses resultados consolidam a Usina Hidrelétrica do Lajeado como uma instalação de alta performance em todos os níveis. As certificações ISO 9001, 14001, 45001 e 55001 atestam nossos procedimentos de governança e execução para qualidade, meio ambiente, segurança do trabalho e gestão de ativos. Atuação que, aliás, foi decisiva para que a Usina enfrentasse de forma segura e eficaz, no primeiro mês de 22, uma das maiores cheias dos últimos 20 anos no rio Tocantins.

O ano também foi importante para o fortalecimento do pilar social. Destinamos mais de R\$ 3 milhões a iniciativas que apoiaram comunidades do Estado do Tocantins. Com as ações coordenadas pelo Instituto EDP, patrocinamos projetos educacionais, esportivos, culturais, de saúde e empreendedorismo que beneficiaram mais de 3.160 pessoas, fomentando o protagonismo social, a geração de renda e a qualidade de vida.

Por fim, diante de tantos resultados expressivos, quero agradecer cada um dos nossos colaboradores, incluindo os colegas de diretoria, que com seu comprometimento, dedicação e trabalho nos ajudaram a tornar tudo isso possível. Agora, o nosso compromisso com a melhoria contínua e a segurança no trabalho permanecem constantes, assim como a busca pelo fortalecimento do relacionamento com nossos stakeholders e a valorização da nossa cultura.

A COMPANHIA

A Investco S.A. tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“UHE Lajeado”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,50 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,50 MW cada, e uma energia assegurada anual de 505,10 MW.

A principal fonte de receita da Companhia é o valor do arrendamento dos ativos da UHE Luís Eduardo Magalhães, nos termos e condições do Contrato de Arrendamento celebrado entre a Companhia e seus acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia; além dessa fonte de receita, a Companhia obtém receita da venda de 1% da energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães, que corresponde à parcela da concessão de titularidade da Companhia.

A energia elétrica gerada pela UHE Luís Eduardo Magalhães é utilizada e comercializada pelos respectivos titulares da concessão compartilhada da UHE Luís Eduardo Magalhães, na condição de “Produtor Independente”, na proporção da participação de cada um deles na concessão, nos termos do Contrato de Concessão.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

No ano de 2022 a energia gerada foi de 4.029,9 GWh, 4,0% superior aos 3.873,9 GWh gerados em 2021 devido ao cenário hidrológico favorável. A Usina apresentou índice de disponibilidade médio anual de 96,9%, fechando o mês de dezembro com disponibilidade acumulada de 97,8% (apurada com base nos últimos 60 meses), mantendo o maior patamar histórico do indicador e acima do exigido no Contrato de Concessão, que é de 92,2%. Destaca-se também no ano a marca de zero falhas em equipamentos na usina, resultando na menor taxa de falha do histórico com 0,0 falhas/ano.

No mês de outubro foi divulgado pela ANEEL o ranking das melhores usinas do país e, pela terceira apuração consecutiva desde 2018, a UHE Lajeado permanece entre as duas melhores usinas do país – no levantamento de 2022, a UHE Lajeado foi classificada como a segunda melhor do Brasil.

PRINCIPAIS INDICADORES

DESCRIÇÃO	Unidade	Saldos		Var. %
		2022	2021	
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.269.669	1.158.301	9.6%
Patrimônio líquido	R\$ mil	968.355	912.677	6.1%
Dívida líquida	R\$ mil	-143.911	-29.689	384.7%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	-0.15	-0.03	356.9%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	-0.75	-0.31	145.5%
DRE				
Receita Líquida	R\$ mil	220.982	126.818	74.3%
Gastos gerenciáveis*	R\$ mil	(73.876)	(69.449)	6.4%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	2.390	(83)	-2979.5%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	149.496	57.286	161.0%
EBITDA	R\$ mil	190.692	96.583	97.4%
Resultado financeiro	R\$ mil	(8.013)	(25.013)	-68.0%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	141.483	32.273	338.4%
Lucro líquido	R\$ mil	110.356	27.576	300.2%
* inclui depreciação e amortização				
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	86.29%	76.16%	10.1%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	49.94%	21.74%	28.2%

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	2022	2021	%
Receita operacional líquida	220.982	126.818	74.3%
Gastos não gerenciáveis	2.390	(83)	-2979.5%
Energia elétrica comprada para revenda	(64)	639	-110.0%
Encargos de uso da rede elétrica	2.454	(722)	-439.9%
Margem bruta	223.372	126.735	76.3%
Gastos gerenciáveis	(73.876)	(69.449)	6.4%
Total PMSO	(32.680)	(30.152)	8.4%
Pessoal	(18.315)	(17.892)	2.4%
Materiais	(1.017)	(1.180)	-13.8%
Serviços de terceiros	(11.579)	(9.234)	25.4%
Arrendamentos e aluguéis	(218)	(146)	49.3%
Provisões e contingências	(30)	(151)	-80.1%
Outros gastos gerenciáveis	(1.521)	(1.549)	-1.8%
Depreciação e amortização	(41.196)	(39.297)	4.8%
Depreciação	(35.469)	(35.706)	-0.7%
Amortização	(5.727)	(3.591)	59.5%
Resultado do serviço (EBIT)	149.496	57.286	161.0%
EBITDA	190.692	96.583	97.4%
Margem EBITDA	86.3%	76.2%	13.3%
Resultado financeiro líquido	(8.013)	(25.013)	-68.0%
Receitas financeiras	22.647	4.946	357.9%
Despesas financeiras	(30.660)	(29.959)	2.3%
LAIR	141.483	32.273	338.4%
Imposto de renda e contribuição social	(31.127)	(4.697)	562.7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(33.250)	(11.818)	181.4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.123	7.121	-70.2%
Lucro líquido	110.356	27.576	300.2%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



A **Receita Operacional Líquida**, composta pela receita do arrendamento e venda de energia deduzidos os impostos incidentes, atingiu R\$ 220,9 milhões em 2022, acréscimo de 74,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento de R\$ 94,1 milhões é proveniente, principalmente, da aplicação do Coeficiente de Ajuste (CA) existente no cálculo do valor de arrendamento entre os períodos. Cabe ressaltar, que a receita é basicamente composta pelo Arrendamento dos ativos às companhias acionistas detentoras da concessão compartilhada e que no percentual de remuneração dos ativos está inclusa a remuneração dos custos operacionais.

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão) totalizaram um resultado de R\$ 2,3 milhões em 2022, R\$2,3 milhões maior que o período anterior.

O **Total de PMSO** compreendidos pelos gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros, outras despesas e provisões para contingências totalizaram R\$ 32,6 milhões no ano de 2022, representando um aumento de 8,4% em relação ao ano de 2021.

No ano de 2022 o **EBITDA** alcançou R\$ 190,6 milhões, valor 97,4% superior ao alcançado no ano de 2021, devido à maior receita de arrendamento do período.

A **Depreciação e Amortização** atingiu um valor de R\$ 41,1 milhões, 4,8% superior que os R\$ 39,2 milhões do período comparativo.

O **Resultado Financeiro líquido** em 2022 foi negativo em R\$ 8,0 milhões, 68% inferior ao ano de 2021, decorrente do aumento de rendas sobre aplicações financeiras.

O **Imposto de Renda e contribuição social** em 2022 foi negativo em R\$ 31,1 milhões, R\$26,4 milhões maior que 2021, decorrente do maior resultado operacional no ano de 2022.

No ano de 2022 a Companhia apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 110,3 milhões, aumento de 300,2% em relação ao mesmo período do ano passado, decorrente dos efeitos mencionados anteriormente.

INVESTIMENTOS

Os Investimentos no ano de 2022 totalizaram R\$ 7,1 milhões sendo: R\$ 5,9 milhões em máquinas e equipamentos e R\$ 1,1 milhões em outros investimentos, 80,3% superior ao ano de 2021.

ENDIVIDAMENTO

ENDIVIDAMENTO	2022	2021	var.%
(+) Dívida bruta	111.833	100.741	11.0%
(-) Disponibilidades	-255.744	-130.430	96.1%
(=) Dívida líquida	-143.911	-29.689	384.7%

A **Dívida Bruta** atingiu R\$ 111,8 milhões em 31 de dezembro de 2022, composta principalmente pelas ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia, que de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo de 3% sobre o valor de sua respectiva participação do capital social.

A **Dívida Líquida**, foi negativa no montante de R\$ 143,9 milhões em 31 de dezembro de 2022, acréscimo de 384,7% em relação ao ano de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



MEIO AMBIENTE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Baseado na Norma ISO 14.001, o Sistema de Gestão Ambiental da Investco orienta com processos e procedimentos padronizados que são executados por equipes de cada unidade, com o apoio das áreas de Meio Ambiente Corporativo e de Sustentabilidade, capacitados nessa gestão. A UHE Lajeado manteve durante o ano de 2022 a certificação nas três normas: ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

A Investco atua de maneira preventiva, investindo continuamente em práticas e tecnologias que minimizem os impactos das atividades, além de elaborar e aplicar procedimentos para atendimento às emergências ambientais. Em 2022, foram aportados mais de R\$ 5,4 milhões entre gastos e investimentos voltados a proteção ambiental.

Em 2022 foram aportados mais de R\$200 mil em projetos de impacto social a partir de verba direta que incluíram iniciativas de educação e saúde para a comunidade próxima ao empreendimento e outros R\$4,3 milhões a partir de verbas incentivadas em projetos também nas áreas de cultura e incentivo ao esporte.

CANAIS DE DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

Central de Atendimento: Para promover o diálogo constante com as comunidades do entorno do reservatório, além dos atendimentos formais e presenciais, a Investco mantém uma Central de Atendimento com serviço de ligação gratuita, pelo número 0800 646 3443. Por meio dele, a comunidade pode entrar em contato direto com técnicos prontos para prestar o atendimento necessário. O objetivo do sistema é garantir uma comunicação clara e transparente, e que atenda aos interesses de nossos diferentes públicos.

Site: Pelo endereço www.investco.com.br a empresa promove e estimula o diálogo constante com a comunidade local, regional, nacional e até de outros países. Além das principais informações sobre a empresa estarem no site, no botão “Contatos” os visitantes conseguem enviar mensagens que serão atendidas pelas áreas competentes.

Publicações em Jornais e Diário Oficial: Por meio dos veículos de comunicação regionais e do DOE - TO (Diário Oficial do Estado do Tocantins), a Investco amplia o alcance da comunicação, promovendo a divulgação de informações de interesse de diversos públicos.

Comerciais via rádio: Outro canal que atinge grande parte da população é o rádio. A Investco veicula comerciais em rádios locais para divulgar mensagens com foco institucional e informativo, com temas pontuais como alertas sobre elevação do nível do rio à jusante (abaixo) da Usina.

Informações por aplicativos de mensagens e redes sociais: Por meio de aplicativos de envio de mensagens, divulgamos, quando necessário e de forma pontual, informações relevantes para a comunidade, tais como comunicados sobre elevação do nível do rio abaixo da usina, início e fim da temporada de praias no rio Tocantins etc. Além disso, essas informações são enviadas as instituições parceiras que as divulgam em suas redes sociais.

Visitas à Usina: Trata-se de uma atividade muito procurada pela comunidade. Após a solicitação por telefone ou e-mail, a Investco recebe grupos de visitantes na usina. Acompanhados por técnicos da Investco, os visitantes assistem a vídeos que demonstram o funcionamento da Usina e as orientações de segurança para a visita guiada. Os visitantes ainda participam de uma palestra sobre a empresa e veem de perto as instalações da UHE. Anualmente, cerca de duas mil pessoas de diferentes locais do país, visitam à usina.

Eventos externos: A fim de promover o desenvolvimento regional, a conservação do meio ambiente e estimular práticas sustentáveis, a Investco apoia eventos esportivos e culturais abertos à comunidade. Essas atividades permitem aos participantes e espectadores conhecerem as políticas de responsabilidade socioambiental da empresa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



PROJETOS DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Programa EDP nas Escolas: O programa investe em ações que contribuem para o fortalecimento da educação pública no Brasil, nas regiões com presença da EDP. Seu principal objetivo é contribuir para a melhoria da qualidade de vida estudantil de alunos de escolas públicas municipais de ensino fundamental. Em 2022, duas escolas participaram do Programa: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Juscelino Kubitschek, de Lajeado, e a Escola Municipal Francisco Martins Noleto, de Miracema. Foram beneficiados 600 alunos que receberam kits com material escolar, e atividades relacionadas a conscientização sobre Preservação dos Oceanos. Além disso, os 53 educadores que atuam nas escolas participaram de capacitação sobre Habilidades Socioemocionais e Inclusão Digital.

Inclusão Digital, inclusive, foi o grande destaque do programa em 2022. As escolas receberam uma itinerância de atividades educacionais com óculos de Realidade Virtual e participaram de um programa para utilização de recursos de aprendizagem digital dentro das atividades escolares, a partir de tablets com aplicativos educacionais doados para as instituições. Um site foi criado para apoiar e estimular professores e educadores para o uso assertivo:

www.inclusaodigitalnasescolas.com.br.

As escolas receberam projetor, microfone e caixa de som para somar ao desenvolvimento das atividades, além de roteadores para facilitar a conectividade.

O Concurso Arte com Energia 2022, convidou alunos e professores a expressarem seus aprendizados e perspectivas para a preservação dos Oceanos utilizando a arte, como mecanismo desencadeador de reflexão sobre o tema.

Projeto Aprender e Crescer: Desenvolvido pela Associação Atlética Atenas, beneficiou 300 crianças e adolescentes com idade entre 6 e 17 anos, moradores de Palmas, Miracema e Lajeado, no Tocantins. Este projeto tem buscado o desenvolvimento integral dos beneficiados e seus aspectos cognitivo, motor e sócio afetivo, além da inclusão social que o esporte pode proporcionar. Faz interface com as escolas municipais e estaduais, para acompanhamento de nota e desempenho dos alunos, para que obtenham melhor rendimento escolar e uma melhor qualidade de vida e oferece reforço escolar aos participantes.

Projeto Aliar Sorrisos: Com o objetivo de oferecer auxílio em ações de educação, acesso a saúde e inclusão digital a crianças em situação de vulnerabilidade social, a Associação Aliança para um Futuro Melhor executa o projeto no município de Miracema, atendendo 200 jovens com diferentes atividades que fomentam aspectos de cidadania, integração e cooperativismo desenvolvidas ao longo do ano.

Cidade Empreendedora:

Ao longo de 2022 mais de 40 micro e pequenos empreendedores do município de Lajeado participaram de capacitações e receberam consultorias gratuitas oferecidas pelo Sebrae no âmbito do projeto Cidade Empreendedora.

Com a conclusão dos ciclos de capacitação e melhorias, é esperado que o município esteja cada vez mais preparado para o desenvolvimento do turismo a partir da cultura e particularidades da região.

Outros investimentos: Reconstrução do Museu da Língua Portuguesa, Reconstrução do Museu do Ipiranga e apoio à Construção do Hospital de Amor, em Palmas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG) para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como a revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao exercício de 2022. A KPMG não é responsável pela auditoria de valores de energia medida, clientes e outras informações quantitativas não financeiras.

Em 2022, a KPMG e suas afiliadas não prestaram nenhum serviço adicional à auditoria independente que superasse em 5% o valor contratado. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo EDP – Energias do Brasil, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 27 da instrução CVM nº 80/22, e posteriores alterações, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



BALANÇO SOCIAL

1 - Base de Cálculo		2022 (R\$ mil)			2021 (R\$ mil)		
Receita Líquida (RL)				220,982.00		126,818.00	
Resultado operacional (RO)				149,496.00		57,286.00	
Folha de pagamento bruta (FPB)				14,637.06		13,965.48	
2 - Indicadores Sociais Internos		R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação		1,210.03	8.27%	0.55%	1,039.05	7.44%	0.82%
Encargos sociais compulsórios		3,375.57	23.06%	1.53%	3,070.03	21.98%	2.42%
Previdência privada		82.08	0.56%	0.04%	77.08	0.55%	0.06%
Saúde		837.42	5.72%	0.38%	762.48	5.46%	0.60%
Segurança e saúde no trabalho		-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Educação		-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Cultura		-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Transporte		248.36	1.70%	0.11%	225.33	1.61%	0.18%
Capacitação e desenvolvimento profissional		34.00	0.23%	0.02%	58.70	0.42%	0.05%
Creches ou auxílio-creche		23.08	0.16%	0.01%	22.89	0.16%	0.02%
Participação nos lucros ou resultados		1,591.76	10.87%	0.72%	1,512.83	10.83%	1.19%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV		-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Outros		121.46	0.83%	0.05%	145.58	1.04%	0.11%
Total - Indicadores sociais internos		7,523.75	51.40%	3.40%	6,913.97	49.51%	5.45%
3 - Indicadores Sociais Externos		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação		1,051.00	0.70%	0.48%	548.00	0.96%	0.43%
Cultura		2,500.00	1.67%	1.13%	2,085.00	3.64%	1.64%
Saúde e saneamento		175.00	0.12%	0.08%	1,070.00	1.87%	0.84%
Esporte		850.00	0.57%	0.38%	653.00	1.14%	0.51%
Combate à fome e segurança alimentar		-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Outros		-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Total das contribuições para a sociedade		4,576.00	3.06%	2.07%	4,356.00	7.60%	3.43%
Tributos (excluídos encargos sociais)		-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Total - Indicadores sociais externos		4,576.00	3.06%	2.07%	4,356.00	7.60%	3.43%
4 - Indicadores Ambientais		R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa		5,421.26	3.63%	2.45%	4,381.33	7.65%	3.45%
Investimentos em programas e/ou projetos externos		-	0.00%	0.00%	-	0.00%	0.00%
Total dos investimentos em meio ambiente*		5,421.26	3.63%	2.45%	4,381.33	7.65%	3.45%
<p>Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa</p>		<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		<input checked="" type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			
5 - Indicadores do Corpo Funcional		2022			2021		
Nº de empregados(as) ao final do período		69			71		
Nº de admissões durante o período		7			5		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		46			43		
Nº de estagiários(as)		0			0		
Nº de empregados(as) acima de 50 anos		13			15		
Nº de mulheres que trabalham na empresa		17			16		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		0%			0%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa**		26			15		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)**		0%			0%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais		1			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2022			2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa		11.70			11.88		
Número total de acidentes de trabalho		0			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa	(x) direção e gerências	() todos empregados	() todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:		() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
A participação dos lucros ou resultados contempla:		() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (na empresa, no procon, na justiça)		na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
		NA	NA	NA	NA	NA	NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		na empresa:	no Procon:	na Justiça:	na empresa:	no Procon:	na Justiça:
		NA	NA	NA	NA	NA	NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):		213,742.00			93,342.00		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		governo: 26% acionistas: 22% colaboradores: 8% retido: 30% terceiros: 14%			governo: 21% acionistas: 17% colaboradores: 17% retido: 12% terceiros: 32%		
7 - Outras Informações		N/A - Não Aplicável.					

*Nota: Os investimentos em programas e/ou projetos externos são contabilizados de forma integrada aos investimentos de operação/produção

**Nota: A consolidação do indicador foi alterada para refletir a definição do IBGE da categoria como a somatória de pessoas pretas e pardas

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
 (Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	255.744	130.430
Concessionárias	5	1.117	940
Rendas a receber	6	19.323	10.840
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7		6.156
Outros tributos compensáveis	7	2.261	157
Estoques	10	7.782	7.546
Prêmio de risco - GSF	11	48	48
Outros créditos	12	935	492
Total do Ativo Circulante		287.210	156.609
Não circulante			
Depósitos vinculados	20	1.550	978
Prêmio de risco - GSF	11	252	300
Outros créditos	12	528	526
		2.330	1.804
Imobilizado	13	953.300	983.192
Intangível	14	26.829	16.696
		980.129	999.888
Total do Ativo Não circulante		982.459	1.001.692
TOTAL DO ATIVO		1.269.669	1.158.301
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	15	6.086	4.117
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	5.631	
Outros tributos a recolher	7	11.795	4.670
Dividendos	16	42.714	16.627
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	11.615	4.031
Benefícios pós-emprego	18	44	50
Uso do bem público	19	8.224	7.727
Provisões	20	6.434	6.424
Outras contas a pagar	12	3.337	3.310
Total do Passivo Circulante		95.880	46.956
Não circulante			
Tributos diferidos	8	15.971	17.972
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	100.218	96.710
Benefícios pós-emprego	18	1.121	1.284
Uso do bem público	19	68.578	58.370
Provisões	20	18.304	22.111
Outras contas a pagar	12	1.242	2.221
Total do Passivo Não circulante		205.434	198.668
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21.1	804.459	804.459
Reservas de capital	21.3	14.473	14.473
Reservas de lucros	21.3	148.778	93.329
Outros resultados abrangentes		645	416
Total do Patrimônio líquido		968.355	912.677
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.269.669	1.158.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	2022	2021
Receitas	22	220.982	126.818
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	23		
Custo do serviço de energia elétrica		2.390	(83)
Custo de operação		(63.550)	(59.987)
		(61.160)	(60.070)
Lucro bruto		159.822	66.748
Despesas e Receitas operacionais	23		
Despesas gerais e administrativas		(10.296)	(9.386)
Outras despesas e receitas operacionais		(30)	(76)
		(10.326)	(9.462)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		149.496	57.286
Resultado financeiro	24		
Receitas financeiras		22.647	4.946
Despesas financeiras		(30.660)	(29.959)
		(8.013)	(25.013)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		141.483	32.273
Tributos sobre o lucro	25		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(33.250)	(11.818)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.123	7.121
		(31.127)	(4.697)
Lucro líquido do exercício		110.356	27.576
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	26		
ON		0,20362	0,04615
PNR		0,01223	0,01223
PNA		0,20362	0,04615
PNB		0,03669	0,03669
PNC		0,20362	0,04615

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	110.356	27.576
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego	347	412
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(118)	(140)
Resultado abrangente do exercício	<u><u>110.585</u></u>	<u><u>27.848</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	804.459	14.473	90.225	144	-	909.301
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2021			(10.708)			(10.708)
Lucro líquido do exercício					27.576	27.576
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.379		(1.379)	
Reserva de retenção de lucros			2.516			2.516
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA de 23/12/2021					(16.280)	(16.280)
Lucro do exercício a deliberar			9.917		(9.917)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				412		412
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(140)		(140)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	804.459	14.473	93.329	416	-	912.677
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	804.459	14.473	93.329	416	-	912.677
Dividendo adicional aprovado - AGO de 28/04/2022			(9.917)			(9.917)
Lucro líquido do exercício					110.356	110.356
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			5.518		(5.518)	-
Reserva de retenção de lucros			1.953			1.953
Dividendos intermediários (JSCP) - RCA de 22/12/2022					(46.943)	(46.943)
Lucro do exercício a deliberar			57.895		(57.895)	-
Outros resultados abrangentes						
Ganhos atuariais - Benefícios pós-emprego				347		347
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(118)		(118)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	804.459	14.473	148.778	645	-	968.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		141.483	32.273
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		41.196	39.297
Direito de concessão - GSF		(3.269)	
Encargos de dívidas, variações monetárias e AVP sobre empréstimos e financiamentos		20.046	10.465
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		6.773	13.913
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		4.290	2.818
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		1.346	2.423
Outros		(147)	184
		<u>211.718</u>	<u>101.373</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(177)	348
Outros tributos compensáveis		(4.245)	(940)
Estoques		(236)	(341)
Cauções e depósitos vinculados		(496)	
Rendas a receber		(8.483)	1.858
Outros ativos operacionais		(445)	(369)
		<u>(14.082)</u>	<u>556</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		1.969	(355)
Outros tributos a recolher		6.191	4.636
Benefícios pós-emprego		(347)	(5)
Provisões		(9.433)	(4.957)
Uso do bem público		(7.795)	(6.587)
Outros passivos operacionais		(351)	(212)
		<u>(9.766)</u>	<u>(7.480)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais			
		<u>187.870</u>	<u>94.449</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.278)	(13.849)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
		<u>161.592</u>	<u>80.600</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(6.238)	(3.956)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
		<u>(6.238)</u>	<u>(3.956)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(21.781)	(26.896)
Pagamentos de encargos de dívidas		(8.012)	(7.607)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(247)	(263)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			
	28.1	<u>(30.040)</u>	<u>(34.766)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>125.314</u>	<u>41.878</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		255.744	130.430
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		130.430	88.552
		<u>125.314</u>	<u>41.878</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

INVESTCO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	2022	2021
Geração do valor adicionado	<u>251.040</u>	<u>144.076</u>
Receita operacional	243.889	140.091
Receita relativa à construção de ativos próprios	7.133	3.956
Outras receitas	18	29
(-) Insumos adquiridos de terceiros	<u>(19.574)</u>	<u>(16.368)</u>
Custos da energia comprada	3.194	700
Encargos de uso da rede elétrica	(893)	(791)
Materiais	(3.568)	(3.346)
Serviços de terceiros	(15.605)	(11.281)
Outros custos operacionais	(2.702)	(1.650)
Valor adicionado bruto	<u>231.466</u>	<u>127.708</u>
Retenções		
Depreciações e amortizações	(41.478)	(39.555)
Valor adicionado líquido produzido	<u>189.988</u>	<u>88.153</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	23.754	5.189
Valor adicionado total a distribuir	<u>213.742</u>	<u>93.342</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	12.876	12.086
Benefícios	2.781	2.724
FGTS	939	796
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	55.427	19.583
Estaduais	410	397
Municipais	79	74
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	30.660	29.959
Aluguéis	214	147
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	46.943	16.280
	<u>150.329</u>	<u>82.046</u>
Lucros retidos	63.413	11.296
	<u>213.742</u>	<u>93.342</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, controlada direta da Lajeado Energia S.A. (Lajeado Energia) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de Miracema do Tocantins no Estado do Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.1 Concessão

A Companhia detém parte do Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MWm, representando uma potência total instalada de 902,5 MWm, uma potência assegurada de 823,3 MWm e uma garantia física de 505,1 MWm.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Lajeado Energia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Companhia, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final do contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação (1%), a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Em 12 de agosto de 2021 foi publicada a Resolução Homologada - REH nº 2.919/21 e em 14 de setembro a REH nº 2.932/21, que homologam o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e os valores referentes ao caput do art. 2º-D da Lei nº 13.203, de 2015. Com as referidas homologações, iniciou-se o prazo de 60 dias para que as usinas listadas procedessem à repactuação. O prazo encerrou em 10 de outubro de 2021.

Para aderir ao Termo de Repactuação, o agente titular da outorga vigente de geração deve desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renunciar a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação.

Assim sendo, o Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Portanto, a Administração da Companhia efetuou o registro contábil conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 32,7 meses na Concessão da Companhia (Nota 14.2.2).

1.1.1 Uso do bem público

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2022 de R\$8.052, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$76.802 (R\$66.097 em 31 de dezembro de 2021). Em caso de falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 27.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.7); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 12.1); Determinação da receita de arrendamento (Notas 6 e 22); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 20.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 20.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios considerando um segmento de exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado). Em 2022 o segmento concentrou 95% da receita operacional bruta.

2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Revisão Contratos Onerosos	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.10 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Resolução 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information (2021)</i> .	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS <i>Practice Statement 2</i>).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos do exercício

3.1 Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Luiz Eduardo Magalhães de 15 de janeiro de 2033 para 22 de novembro de 2035 que representa um acréscimo de extensão de 980 dias.

3.2 Medidas da ANEEL para regulação de contratação de energia

Publicação	Descrição	Status
Portaria Normativa nº 709 de 30 de novembro de 2022	Em 02 de dezembro de 2022 o MME publicou a Portaria Normativa nº 709, de 30 de novembro de 2022, aprovando a metodologia, os critérios, as premissas e as configurações que constam no Relatório "Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas - UHEs Despachadas Centralizadamente no Sistema Interligado Nacional - SIN", de 22 de novembro de 2022, atualizado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE e pelo Ministério de Minas e Energia.	A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia está em conformidade com a nova garantia física, que passou de 505,1MW para 479,9MW.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	21.934	919
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	233.810	129.511
Total	<u>255.744</u>	<u>130.430</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 102,02% e 103,20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 Concessionárias

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	925	698
Energia de curto prazo	113	172
Encargos de uso da rede elétrica	79	70
	<u>1.117</u>	<u>940</u>

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis. A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.2.5.

6 Rendas a receber

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Lajeado Energia	14.106	7.913
Paulista Lajeado	1.352	759
CEB Lajeado	3.865	2.168
	<u>19.323</u>	<u>10.840</u>

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Lajeado Energia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1.1 e 9).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% ao ano corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo são projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano seguinte.

A variação no exercício da rubrica de Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 22), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) aumento do IPCA realizado em relação ao projetado de 7,15 p.p. para o exercício de 2021; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2022 em relação ao exercício anterior de 1,1 p.p.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2022
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar		6.156	-	-	234	25.245	(6.495)	(25.140)	-
Total Circulante		<u>6.156</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>234</u>	<u>25.245</u>	<u>(6.495)</u>	<u>(25.140)</u>	<u>-</u>
Outros tributos compensáveis									
PIS e COFINS		-	1.816	-	-	-	-	(975)	841
IRRF sobre aplicações financeiras		157	2.710	-	-	-	-	(1.447)	1.420
Total Circulante		<u>157</u>	<u>4.526</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.422)</u>	<u>2.261</u>
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	33.250	-	-	(1.033)	-	(26.586)	5.631
Total Circulante		<u>-</u>	<u>33.250</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.033)</u>	<u>-</u>	<u>(26.586)</u>	<u>5.631</u>
Outros tributos a recolher									
ICMS		62	294	-	-	(212)	-	11	155
PIS e COFINS		1.010	23.663	-	-	(18.410)	(3.347)	(976)	1.940
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		86	942	-	-	(839)	-	-	189
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.1	3.150	9.088	(2)	-	-	(3.148)	-	9.088
Encargos com pessoal		362	4.079	-	-	(4.007)	-	(11)	423
Outros		-	14.384	-	-	(14.384)	-	-	-
Total Circulante		<u>4.670</u>	<u>52.450</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>(37.852)</u>	<u>(6.495)</u>	<u>(976)</u>	<u>11.795</u>

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$9.088 é relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2022 a ser liquidado em janeiro de 2023.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Tributos diferidos

	Nota	Passivo Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS		19	15
Imposto de renda e contribuição social	8.1	15.952	17.957
		15.971	17.972

8.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias									
Benefício pós-emprego		64	240			(176)	(214)		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		4.166	3.970			196	785		
Uso do bem público - CPC 25		26.113	22.473	5.649	2.423	414	2.711		
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39	8.1.1.1			35.468	38.265	2.797	2.703		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		332	214			236	280	(118)	(140)
Direito de concessão - GSF				961		(961)			
Licenças ambientais				4.669	4.318	(351)	802		
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		504	614	420	557	27	57		
Outras		174	207	138	112	(59)	(3)		
Total bruto		31.353	27.718	47.305	45.675	2.123	7.121	(118)	(140)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(31.353)	(27.718)	(31.353)	(27.718)				
Total		-	-	15.952	17.957				

8.1.1.1 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se ao ajuste a valor presente das Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" conforme item 19 do CPC 39 (Nota 17).

8.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2030	Total Não circulante
4.860	4.860	4.860	3.416	3.416	9.941	31.353

A realização do ativo fiscal diferido está em consonância com as disposições do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Notas Explicativas

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para seus acionistas detentores das ações ordinárias e preferenciais "R" (Nota 16) e do montante a pagar aos acionistas detentores das ações preferenciais "A", "B" e "C" (Nota 17), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo			Passivo				Resultados		
			Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante		Operacionais		
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021	
Concessionárias												
Suprimento de energia elétrica												
EDP São Paulo	Controle Comum	293,26	01/08/2002 a 15/12/2032	333	315						3.989	3.045
Uso do sistema de transmissão												
EDP São Paulo	Controle Comum		01/08/2005 a 15/12/2032	27	26						309	274
				360	341	-	-	-	-	-	4.298	3.319
Fornecedores												
Uso do sistema de transmissão												
Horizon Transmissão MA II	Controle comum (*)		04/01/2020 a 31/01/2033									(1)
Horizon Transmissão MA I	Controle comum (*)		01/11/2001 a 31/01/2033									(1)
EDP Transmissão SP-MG	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033								(6)	
EDP Transmissão Aliança	Controle comum		01/11/2001 a 31/01/2033								(6)	(1)
EDP Goiás	Controle comum (**)		01/11/2001 a 31/01/2033								(4)	
Contrato de prestação de serviços (b)												
EDP Goiás	Controle comum		01/06/2022 a 30/06/2023				553				(553)	
				-	-	-	553	-	-	-	(569)	(3)
Rendas a receber (Nota 6)												
Arrendamento UHE Lajeado												
Lajeado	Controladora direta		15/01/1998 a 15/01/2033	14.106	7.913						169.273	94.951
CEB Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	3.865	2.168						46.376	26.014
Paulista Lajeado	Acionista não controlador		15/01/1998 a 15/01/2033	1.352	759						16.232	9.105
				19.323	10.840	-	-	-	-	-	231.881	130.070
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 12)												
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2022			25			457	879	(1.011)	(1.193)
Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (b)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2015 a 31/12/2026						20	10	(260)	(92)
EDP São Paulo	Controle Comum		01/01/2021 a 31/12/2022						5	4	(8)	(4)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice (c)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta		01/01/2019 a 31/12/2023						7	104	(1.801)	(1.431)
Contrato de prestação de serviços (d)												
EDP Trading	Controle Comum		01/12/2019 a 30/11/2024					79			(395)	(867)
				-	-	25	-	79	489	997	(3.475)	(3.587)
				19.683	11.181	25	553	79	489	997	232.135	129.799

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a Companhia Energest.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2).

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora final EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (***) , Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora final EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (***) , Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP - Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da EDP São Paulo, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre aquela companhia e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investco, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (***) , EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (*), Horizon Transmissão MA I (*) e Horizon Transmissão MA II (*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *BackOffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (***) , Investco, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (*), Horizon Transmissão MA II (*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023.

Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás(**) como partes do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. O contrato de compartilhamento de atividades de *backOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Trading. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

Posteriormente, por meio do Despacho nº 3.588/2022, a ANEEL aprovou a celebração desse contrato com a EDP Goiás assumindo o lugar da EDP Trading como prestadora do serviço, com vigência até 31 de dezembro de 2024.

(*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(**) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(***) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

9.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

9.2 Remuneração dos administradores

9.2.1 Remuneração total do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia

	2022				2021			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Remuneração (a)	967	76	155	1.198	882	76	150	1.108
Benefícios de curto prazo (b)	29			29	23			23
Benefícios - Previdência Privada	6			6				-
Total	1.002	76	155	1.233	905	76	150	1.131

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária referente ao exercício findo em 31 de dezembro

	2022			2021		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,00	1,00	5,00	3,00	1,00	5,00
Valor da maior remuneração individual	260	76	30	397	76	30
Valor da menor remuneração individual	258	76	30	247	76	30
Valor médio da remuneração individual	332	76	30	302	76	30

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2022 de R\$7.782 (R\$7.546 em 31 de dezembro de 2021) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 13) pelo montante, em 31 de dezembro de 2022, de R\$922 (R\$825 em 31 de dezembro de 2021).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

11 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor* - GSF é protegida, o saldo das rubricas Circulante e Não circulante de R\$300 (R\$348 em 31 de dezembro de 2021), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com o Despacho ANEEL nº 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados R\$47 (R\$47 em 2021).

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Ativo				
Serviços em curso		64	62	501
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9			25
Despesas pagas antecipadamente		772	401	
Outros		99	29	
Total		935	492	526
Outras contas a pagar - Passivo				
Folha de pagamento		391	299	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9		489	997
Arrendamentos e aluguéis	12.1	198	243	1.224
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.3	2.593	2.621	
Encargos Setoriais		63	66	
Outros		92	81	1
Total		3.337	3.310	2.221

12.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia efetua o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2021	Ingressos (Nota 12.2)	Pagamentos	Transferên- cias	AVP	Reversão (Nota 13.2.1)	Saldo em 31/12/2022
Edifícios	243	8	(182)	165	2	(105)	131
Veículos	-	61	(65)	71			67
Total Circulante	243	69	(247)	236	2	(105)	198
Edifícios	1.224	48		(165)	98	(608)	597
Veículos	-	194		(71)	32		155
Total Não circulante	1.224	242	-	(236)	130	(608)	752

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Edifícios		Veículos	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
Circulante				
2023	131	10,50%	67	13,81%
Total Circulante	131		67	
Não circulante				
2024	17	11,19%	10	13,81%
2025	95	11,19%	57	13,81%
2026	85	11,19%	50	13,81%
2027	77	11,19%	38	13,81%
2028	69	11,19%		
2029 até 2034	254	11,19%		
Total Não circulante	597		155	

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	1.466	950
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(136)	(88)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13). O valor de adições refere-se principalmente à nova sede da controladora final, localizada em São Paulo.

12.2

Ingressos

O valor de ingressos de R\$311 refere-se substancialmente a locação de veículos de frota.

12.3

Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13

Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

13.1

Composição do imobilizado

	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		117.759		117.759		117.759		117.759
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	696.032	(277.059)	418.973	2,00	696.032	(263.139)	432.893
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,23	334.371	(156.812)	177.559	2,23	334.371	(149.361)	185.010
Máquinas e equipamentos	3,12	436.141	(232.599)	203.542	3,12	436.141	(219.171)	216.970
Veículos	14,29	598	(558)	40	14,29	598	(511)	87
Móveis e utensílios	7,17	1.002	(266)	736	7,17	867	(180)	687
		1.585.903	(667.294)	918.609		1.585.768	(632.362)	953.406
Sistema de transmissão de conexão								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	529	(343)	186	3,22	529	(326)	203
Máquinas e equipamentos	2,44	17.560	(11.543)	6.017	2,44	17.560	(11.208)	6.352
		18.089	(11.886)	6.203		18.089	(11.534)	6.555
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,24	93	(23)	70	12,24	93	(11)	82
Máquinas e equipamentos	11,45	1.360	(1.049)	311	11,45	1.359	(955)	404
Veículos	14,29	1.089	(732)	357	14,29	703	(648)	55
Móveis e utensílios	8,46	1.009	(398)	611	8,59	978	(316)	662
		3.551	(2.202)	1.349		3.133	(1.930)	1.203
Total do imobilizado em serviço		1.607.543	(681.382)	926.161		1.606.990	(645.826)	961.164
Ativos de direito de uso (Nota 13.1.1)								
Edificações, obras civis e benfeitorias	18,18	981	(482)	499	12,21	1.638	(338)	1.300
Veículos	20,00	255	(51)	204				-
Total Ativos de direito de uso		1.236	(533)	703		1.638	(338)	1.300
Imobilizado em curso								
Geração		25.690		25.690		20.293		20.293
Administração		746		746		435		435
Total do imobilizado em curso		26.436	-	26.436		20.728	-	20.728
Total do imobilizado		1.635.215	(681.915)	953.300		1.629.356	(646.164)	983.192

13.1.1

Ativos de direito de uso

Referem-se aos ativos registrados no âmbito do CPC 06 (R2) descritos abaixo:

- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguel relativos: (i) ao escritório administrativo da Companhia localizado em Palmas; e (ii) à filial da controladora final localizada em São Paulo.
- **Veículos:** refere-se ao contrato de aluguel dos veículos de frota utilizados pelos colaboradores para locomoção na prestação dos serviços e também dos veículos executivos utilizados pela alta gestão.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13.2 Movimentação do imobilizado

	Nota	Valor líquido 31/12/2021	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ções (Nota 14.2)	Reversão (Nota 13.2.1)	Valor líquido 31/12/2022
Imobilizado em serviço									
Terrenos		117.759							117.759
Reservatórios, barragens e adutoras		432.893			(13.920)				418.973
Edificações, obras civis e benfeitorias		185.295			(7.480)				177.815
Máquinas e equipamentos		223.726			(13.856)				209.870
Veículos		142		385	(130)				397
Móveis e utensílios		1.349		167	(169)				1.347
Total do imobilizado em serviço		961.164	-	552	(35.555)	-	-	-	926.161
Ativos de direito de uso									
Edificações, obras civis e benfeitorias		1.300	56		(144)			(713)	499
Veículos		-	255		(51)				204
Total Ativos de direito de uso		1.300	311	-	(195)	-	-	(713)	703
Imobilizado em curso									
Máquinas e equipamentos	13.2.2	6.122	5.986			(1)	181		12.288
A ratear		570		(167)		(10)	7		400
Depósitos Judiciais	20.1.1.1	13.138							13.138
Outros		898	251	(385)			(154)		610
Total do imobilizado em curso		20.728	6.237	(552)		(11)	34	-	26.436
Total do imobilizado		983.192	6.548	-	(35.750)	(11)	34	(713)	953.300

13.2.1 Reversão

A reversão de R\$713, refere-se à atualização do cálculo de rateio do contrato de arrendamento da sede administrativa de sua Controladora final, EDP - Energias do Brasil.

13.2.2 Máquinas e equipamentos

Referem-se aos gastos com a reforma do telhado da casa de força, substituição dos anéis de vedação das turbinas e aquisição de oito trocadores de calor do gerador.

14 Intangível

Está mensurado pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

14.1 Composição do intangível

	Nota	31/12/2022			31/12/2021			Valor líquido	
		Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada		
Intangível em serviço									
Geração									
Software		20,00	363	(192)	171	20,00	363	(135)	228
Direito de concessão - Licenças ambientais		19,82	22.014	(16.730)	5.284	19,82	22.014	(13.973)	8.041
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBI	14.2.1	3,22	31.864	(15.249)	16.615	3,22	20.137	(13.011)	7.126
Direito de concessão - GSF	14.2.2	6,78	3.269	(443)	2.826				-
			57.510	(32.614)	24.896		42.514	(27.119)	15.395
Administração									
Software		20,00	1.943	(1.182)	761	20,00	1.119	(950)	169
			1.943	(1.182)	761		1.119	(950)	169
Total do intangível em serviço			59.453	(33.796)	25.657		43.633	(28.069)	15.564
Intangível em curso									
Geração									
			154		154		154		154
Administração									
			1.018		1.018		978		978
Total do intangível em curso			1.172	-	1.172		1.132	-	1.132
Total do intangível			60.625	(33.796)	26.829		44.765	(28.069)	16.696

14.2 Movimentação do intangível

	Nota	Valor líquido 31/12/2021	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortiza- ções	Reclassifica- ções (Nota 13.2)	Valor líquido 31/12/2022
Intangível em serviço							
Software							
Direito de concessão - Licenças ambientais		8.041		823	(288)		932
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	14.2.1	7.126	11.728		(2.239)		16.615
Direito de concessão - GSF	14.2.2	-	3.269		(443)		2.826
Total do intangível em serviço		15.564	14.997	823	(5.727)	-	25.657
Intangível em curso							
Software							
Total do Intangível em curso		1.132	897	(823)		(34)	1.172
Total do Intangível		16.696	15.894	-	(5.727)	(34)	26.829

14.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Lajeado. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, a valor presente, registrados em contrapartida do passivo (Nota 19). A amortização ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

Em decorrência da aplicação do dispositivo de extensão de concessão, o Direito de Concessão relativo ao UBP foi recalculado para incluir o período adicional de Concessão (Nota 3.1). O valor de R\$11.728 em 31 de dezembro de 2022 está sendo amortizado pelo novo prazo de concessão desde de janeiro de 2021.

14.2.2 Direito de concessão - GSF

A Administração da Companhia efetuou o registro contábil conforme cálculos divulgados pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR, totalizando um incremento de 32,7 meses na concessão da Companhia, referente ao ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor – GSF, conforme Lei nº 14.052/20 e Lei nº 14.182/21 (Nota 3.1)

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2022	31/12/2021
Encargos de uso da rede elétrica		79	70
Materiais e serviços	15.1	6.007	4.047
Total		6.086	4.117

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Materiais e serviços

O aumento no exercício refere-se aos custos de renovação de licenças de softwares e gastos para reforma do telhado da casa de força.

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Dividendos adicionais

Foi aprovada em AGO, realizada em 28 de abril de 2022, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Foi da seguinte forma destinado: (i) R\$1.379 como Constituição de Reserva Legal; (ii) JSCP no valor de R\$16.280 destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais de classe "R", e R\$4.720 destinados aos acionistas detentores das ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" e; (iii) dividendos complementares no valor de R\$9.917 já contabilizados em 31 de dezembro de 2021 na rubrica de Lucros a deliberar. O JSCP e os dividendos foram pagos integralmente em 28 de julho de 2022.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

Passivo	Saldo em 31/12/2021	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamentos		Saldo em 31/12/2022
				Pagamentos	não realizados	
Lajeado Energia	10.102	5.814	29.128	(15.916)		29.128
CEB Lajeado	2.767	1.593	7.980	(4.360)		7.980
Paulista Lajeado Energia	969	557	2.794	(1.526)		2.794
Acionistas não controladores	2.789		2		21	2.812
	16.627	7.964	39.904	(21.802)	21	42.714

(*) O saldo de dividendos aos Acionistas não controladores refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contanto o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

JSCP

Em 22 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP, relativo ao exercício de 2022, e serão imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	JSCP	
	Bruto de Imposto de Renda	Líquido de Imposto de Renda
Ordinárias	43.817	37.244
Preferenciais 'R'	3.126	2.657
Preferenciais 'A' (Nota 17.2)	1.775	1.509
Preferenciais 'B' (Nota 17.2)	189	161
Preferenciais 'C' (Nota 17.2)	11.679	9.927
Total	60.586	51.498

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

17.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Finalidade	Forma de pagamento	31/12/2022				31/12/2021			
			Encargos		Principal	Total	Encargos		Principal	Total
			Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante		
Ações recebíveis cumulativa	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Dividendos anuais e pagamento do principal ao término da concessão	11.615	31.901	68.317	111.833	4.031	33.861	62.849	100.741
Total			11.615	31.901	68.317	111.833	4.031	33.861	62.849	100.741

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financeira na demonstração de fluxo de caixa.

17.1.1 Ações recebíveis cumulativas

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Companhia no montante original de R\$157.335, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$111.833 (R\$100.741 em 31 de dezembro de 2021) contempla o montante original e os juros até 2035 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Companhia na data de avaliação das ações.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato de a Companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

17.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos (Notas 16 e 21.3)	Juros provisoriados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em 31/12/2022
Circulante						
Juros	4.031	(8.012)	10.876	4.720		11.615
	4.031	(8.012)	10.876	4.720	-	11.615
Não circulante						
Principal	62.849				5.468	68.317
Juros	33.861			(4.720)	2.760	31.901
	96.710	-	-	(4.720)	8.228	100.218

17.3 Vencimento das parcelas

Circulante	
2023	11.615
	11.615
Não circulante	
2024	4.342
2025	3.995
2026	3.675
2027	3.110
2028 até 2033	85.096
	100.218
Total	111.833

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, na modalidade de Contribuição definida, e planos de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 110/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência, a Companhia contratou atuários independentes para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Companhia reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	44	50	1.121	1.284
	44	50	1.121	1.284

18.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Companhia de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendia a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2022 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo atualizados no exercício:

Nota	Valor presente das obrigações do benefício
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(1.334)
Custo do serviço corrente	(59)
Custo dos juros	(119)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	347
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.165)

18.2 Contribuição definida

A Companhia e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no exercício com R\$325 (R\$298 em 2021).

Em 31 de dezembro de 2022 este plano tem a adesão de 47 colaboradores (52 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 14) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Companhia na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Ingressos (Nota14.2.1)	Ajuste a Valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferên- cias	Saldo em 31/12/2022
Circulante							
Uso do bem público	7.727	-	(52)	(256)	(7.796)	8.601	8.224
	7.727	-	(52)	(256)	(7.796)	8.601	8.224
Não circulante							
Uso do bem público	58.370	11.728	2.316	4.765	-	(8.601)	68.578
	58.370	11.728	2.316	4.765	-	(8.601)	68.578

20 Provisões e Depósitos vinculados

	Nota	Passivo				Ativo	
		Provisões				Depósitos vinculados	
		Circulante		Não circulante		Não circulante	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1			16.313	15.864	1.550	978
Licenças ambientais	20.2	6.434	6.424	1.991	6.247		
Total		6.434	6.424	18.304	22.111	1.550	978

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

20.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. A atualização monetária é mensal e por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo					Ativo	
		Saldo em 31/12/2021	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022	Depósito judicial
							31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	20.1.1.1	15.281	1.143	(3.708)		3.117	15.833	223
Outros	20.1.1.2	583	116	(133)	(86)		480	214
Total Não circulante		15.864	1.259	(3.841)	(86)	3.117	16.313	223

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R\$1.546 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.981 em 31 de dezembro de 2021).

20.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.989 (R\$2.474 em 31 de dezembro de 2021).

Desapropriações

Referem-se a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$12.843 (R\$12.807 em 31 de dezembro de 2021). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.138 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2021) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 13.2).

20.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Ativo		
		31/12/2022	31/12/2021	Depósito judicial 31/12/2022
Cíveis	20.1.2.1	131.894	109.266	
Fiscais	20.1.2.2	8.474	4.845	73
Total		140.368	114.111	73

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$238 em 31 de dezembro de 2022 (R\$229 em 31 de dezembro de 2021).

20.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante de R\$131.748 em 31 de dezembro de 2022 (R\$109.034 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 20.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, em 2022 os processos possessórios foram encerrados, sem desembolso para a Companhia (R\$112 em 31 de dezembro de 2021).

20.1.2.2 Fiscais

• Processo administrativo federal, no qual discute a cobrança de PIS e COFINS creditados sobre bens e serviços relativo a 2008, o valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.168 (R\$2.991 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

• Processos administrativos e judiciais, nos quais discutem a incidência do ITR (imposto Territorial Rural) sobre os imóveis localizados em área rural referente 2015 a 2018, o valor atualizado até 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.840. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

20.1.2.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e fiscal em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.254 (R\$764 em 31 de dezembro de 2021).

20.2 Licenças Ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 8,5% a.a., que representa o custo médio de capital da Companhia, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade a determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimo e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulatórios da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$5.592 (R\$4.438 em 2021). A totalidade destes montantes refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já havia sido provisionado e capitalizado.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2021	Pagamentos	Atualização monetária	Transferên- cias	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2022
Circulante	6.424	(5.592)	424	5.154	24	6.434
Não circulante	6.247		290	(5.154)	608	1.991
Total	12.671	(5.592)	714	-	632	8.425

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

De acordo com Estatuto social, o Capital social em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$961.794. Para fins das demonstrações financeiras, o Capital social apresentado pela Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$804.459 que corresponde às ações ordinárias e ações preferenciais classe "R". O montante em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 de R\$157.335 corresponde às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C". A Companhia não tem o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para os detentores destas ações, decorrente da obrigatoriedade de pagamento anual de dividendos adicionais fixos a estes acionistas, razão pela qual essas ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida e descontadas a valor presente por satisfazerem a definição de passivo financeiro, conforme determina o item 19 do CPC 39 (Nota 17). Estas ações serão resgatáveis até o término do contrato de concessão da Companhia, ou seja, até 15 de janeiro de 2033.

Não ocorreram variações na composição do Capital social em 31 de dezembro de 2022 face a 31 de dezembro de 2021. Segue abaixo a composição do Capital social:

	31/12/2022 e 31/12/2021											
	Em milhares de ações											
Acionistas	Qtd de ações "ON"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNR"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNA"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNB"	% Participa- ção	Qtd de ações "PNC"	% Participa- ção	Total	% Participa- ção
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.684	41,04	3.764	73,00			490.615	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					207	1,25			71.252	66,47	71.459	9,09
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Lucro a ser destinado			
Lucro líquido apurado no exercício		110.356	27.576
Lucro líquido ajustado		110.356	27.576
Lucro líquido ajustado		110.356	27.576
Constituição da reserva legal - 5%	21.3	(5.518)	(1.379)
		104.838	26.197
Destinação do lucro			
Dividendos intermediários - JSCP	16	46.943	16.280
Lucro do exercício a deliberar	21.3	57.895	9.917
		104.838	26.197
Dividendos por ação ON - JSCP		0,10894	0,04696
Dividendos por ação PNR - JSCP		0,01223	0,01223

21.3 Reservas

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Reservas de capital			
Ágio na emissão de ações	21.3.1	14.473	14.473
		14.473	14.473
Reservas de lucros			
Legal	21.2	61.149	55.631
Retenção de lucros	21.3.2	16.816	14.863
Lucro do exercício a deliberar	16 e 21.3.3	57.895	9.917
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	21.3.4	12.918	12.918
		148.778	93.329
Total		163.251	107.802

21.3.1 Ágio na emissão de ações

Refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

21.3.2 Retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A constituição no montante de R\$16.817 é decorrente do ajuste dos dividendos destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito na nota 17.2.

21.3.3 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

21.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

21.3.5 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2021	Ganhos	Provisão IR/CS	Saldo em 31/12/2022
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	627	347		974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(211)		(118)	(329)
	416	347	(118)	645

22 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, elas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.
- **Arrendamentos e aluguéis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Nota	MWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	34.826	34.783	10.784	9.057
Energia de curto prazo	3.126	823	330	173
Arrendamentos e aluguéis	6		231.881	130.070
Outras receitas operacionais			894	791
Receita operacional bruta	37.952	35.606	243.889	140.091
(-) Deduções à receita operacional				
Tributos sobre a receita				
PIS/COFINS			(22.560)	(12.958)
Encargos do consumidor				
P&D			(87)	(81)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH			(230)	(204)
Taxa de fiscalização			(30)	(30)
			(22.907)	(13.273)
Receitas	37.952	35.606	220.982	126.818

23

Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Nota	2022				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	64				64
Encargos de uso da rede elétrica	811				811
Direito de concessão - GSF	14.2.2	(3.269)			(3.269)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.1		13.845	4.470	18.315
Material			1.017		1.017
Serviços de terceiros	23.2		7.636	3.943	11.579
Depreciação - Imobilizado em serviço	13.2		35.174	111	35.285
Depreciação - Ativos de direito de uso	13.2			184	184
Amortização			5.438	289	5.727
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1			30	30
Arrendamentos e aluguéis			103	115	218
Outras			4	1.184	1.525
Total		(2.390)	63.550	10.296	71.486
Nota	2021				
	Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(639)				(639)
Encargos de uso da rede elétrica	718				718
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	23.1		13.076	4.816	17.892
Material			917	263	1.180
Serviços de terceiros	23.2		6.945	2.289	9.234
Depreciação - Imobilizado em serviço	13.2		35.266	141	35.407
Depreciação - Ativos de direito de uso	13.2			299	299
Amortização			3.407	184	3.591
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas				151	151
Arrendamentos e aluguéis			45	101	146
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens				(19)	(19)
Outras			4	331	1.572
Total		83	59.987	9.386	69.532

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.1 Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal		
Remuneração	9.170	9.099
Encargos	3.053	3.050
Previdência privada - Corrente	331	395
Despesas rescisórias	390	318
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	1.616	1.438
Outros benefícios - Corrente	2.353	2.213
Outros benefícios pós-emprego	68	88
	<u>16.981</u>	<u>16.601</u>
Administradores		
Honorários e encargos	1.305	1.263
Benefícios dos administradores	29	28
	<u>1.334</u>	<u>1.291</u>
	<u>18.315</u>	<u>17.892</u>

23.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Serviços de consultoria	2.198	764
Serviços de manutenção	4.332	3.779
Serviços de limpeza e vigilância	1.496	1.451
Serviços ambientais	200	232
Serviços de informática	1.456	1.421
Serviços de publicação e publicidade	272	168
Serviços de telecomunicações	176	218
Serviços de transporte	212	90
Serviços compartilhados	1.653	1.201
(-) Crédito de PIS/COFINS	(749)	(344)
Outros	333	254
	<u>11.579</u>	<u>9.234</u>

24 Resultado financeiro

	Nota	2022	2021
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	23.309	4.718
Energia vendida		19	104
Depósitos judiciais		76	31
Juros e multa sobre tributos	7	234	226
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.107)	(243)
Outras receitas financeiras		116	110
		<u>22.647</u>	<u>4.946</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	17.2	(10.876)	(2.516)
Ajustes a valor presente	17.2	(8.228)	(7.949)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	20.1.1	(3.117)	(2.667)
Uso do bem público	24.1	(6.773)	(13.913)
Benefícios pós-emprego		(119)	(120)
Arrendamentos e aluguéis	12.1	(132)	(143)
Outros juros e variações	24.2	(1.352)	(2.423)
Outras despesas financeiras		(63)	(228)
		<u>(30.660)</u>	<u>(29.959)</u>
		<u>(8.013)</u>	<u>(25.013)</u>

24.1 Uso do bem público

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se principalmente ao indexador IGP-M, que foi de 6,47% no acumulado em 2022 (17,78% em 2021).

24.2 Outros juros e variações

A variação na rubrica do Outros juros e variações refere-se principalmente ao indexador IPCA nas licenças ambientais, que foi de 5,47% no acumulado em 2022 (9,52% em 2021).

25 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	141.483	32.273
Aliquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(48.104)	(10.973)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(77)	(53)
Perdas indedutíveis		(36)
Juros sobre o capital próprio	20.599	7.140
Juros sobre as ações preferenciais	(3.698)	(855)
Outras	153	132
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores		(52)
Despesa de IRPJ e CSLL	(31.127)	(4.697)
Alíquota Efetiva	22,0%	14,6%

26 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	81.896	18.562
Preferenciais Classe "R" (PNR)	3.126	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	3.317	752
Preferenciais Classe "B" (PNB)	189	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	21.828	4.947
	110.356	27.576
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	402.202	402.202
Preferenciais Classe "R" (PNR)	255.560	255.560
Preferenciais Classe "A" (PNA)	16.289	16.289
Preferenciais Classe "B" (PNB)	5.156	5.156
Preferenciais Classe "C" (PNC)	107.199	107.199
	786.406	786.406
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,20362	0,04615
Preferenciais Classe "R" (PNR)	0,01223	0,01223
Preferenciais Classe "A" (PNA)	0,20362	0,04615
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,03669	0,03669
Preferenciais Classe "C" (PNC)	0,20362	0,04615

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações (sem ajustes)	Ajustes (Nota 26.1)	Resultado por classe de ações
2022			
Ordinárias (ON)	56.440	25.456	81.896
Preferenciais Classe "R" (PNR)	35.863	(32.737)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	2.286	1.031	3.317
Preferenciais Classe "B" (PNB)	724	(535)	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	15.043	6.785	21.828
	110.356	-	110.356
2021			
Ordinárias (ON)	14.104	4.458	18.562
Preferenciais Classe "R" (PNR)	8.961	(5.835)	3.126
Preferenciais Classe "A" (PNA)	571	181	752
Preferenciais Classe "B" (PNB)	181	8	189
Preferenciais Classe "C" (PNC)	3.759	1.188	4.947
	27.576	-	27.576

26.1 Direito das ações preferenciais

De acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis gozarão dos seguintes direitos:

- ações preferenciais classe "R": recebimento de um dividendo anual fixo, não cumulativo, de 1% sobre o valor da sua respectiva participação no Capital social; e
- ações preferenciais classe "A", "B" e "C": recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no Capital social.

De acordo com o artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais resgatáveis de classes "A" e "C" têm as seguintes vantagens:

- recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que a nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

27.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras	Nível 2	233.810	129.511	233.810	129.511	
		<u>233.810</u>	<u>129.511</u>	<u>233.810</u>	<u>129.511</u>	
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento	Nível 2	21.934	919	21.934	919	
Concessionárias	Nível 2	1.117	940	1.117	940	
Rendas a receber	6	19.323	10.840	19.323	10.840	
Outros créditos - Partes relacionadas	9		25		25	
		<u>42.374</u>	<u>12.724</u>	<u>42.374</u>	<u>12.724</u>	
		<u>276.184</u>	<u>142.235</u>	<u>276.184</u>	<u>142.235</u>	
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	6.086	4.117	6.086	4.117
Uso do bem público	1.1.1	Nível 2	71.042	62.639	76.802	66.097
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17					
Moeda nacional		Nível 2	109.836	109.506	111.833	100.741
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	9	Nível 2	489	997	489	997
Arrendamentos e aluguéis	12.1	Nível 2	995	1.467	950	1.467
Licenças Ambientais	20.2	Nível 2	10.586	12.793	8.425	12.671
			<u>199.034</u>	<u>191.519</u>	<u>204.585</u>	<u>186.090</u>

27.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

27.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

27.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

27.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

27.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

27.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

27.2.1.1 Análise de sensibilidade

Em atendimento à Resolução CVM nº 2/20, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas por meio de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável					
			Até 1 ano	Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumento do risco em 25%	Cenário (III) Aumento do risco em 50%	Cenário (IV) Redução do risco em 25%	Cenário (V) Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	233.810	15.945	15.945	3.894	7.756	(3.929)	(7.895)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	233.810	15.945	15.945	3.894	7.756	(3.929)	(7.895)

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Companhia. O CDI apresentou seu intervalo entre 7,6% e 13,8% a.a.

27.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 6). A Companhia tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Rendas a receber, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2022					31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores	4.764	1.238	84			6.086	4.117
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				489		489	997
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			11.615	16.421	83.797	111.833	100.741
Uso do bem público	730	1.974	5.520	61.190	7.388	76.802	66.097
Arrendamentos e aluguéis	20	61	117	505	247	950	1.467
Licenças Ambientais	766	4.216	1.452	1.991		8.425	12.671
	6.280	7.489	18.788	80.596	91.432	204.585	186.090

27.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para 190MwM e 87% para 20,9MwM, para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio.

27.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

27.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Companhia não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL e Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (Ministério de Minas e Energia - MME, CCEE, ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

27.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos	111.833	100.741
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(255.744)	(130.430)
Dívida líquida	(143.911)	(29.689)
Total do Patrimônio Líquido	968.355	912.677
Total do capital	824.444	882.988
Índice de alavancagem financeira - %	-17,46%	-3,36%

28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

28.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2022
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
Dividendos	16	16.627	(21.781)	47.868	42.714
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.2	100.741	(8.012)	8.228	111.833
Arrendamentos e aluguéis	12.1	1.467	(247)	132	950
		118.835	(30.040)	8.360	155.497
Aumento (diminuição) de passivos financiamento					
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Saldo em 31/12/2021
Dividendos	21.491	(26.896)		22.032	16.627
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	98.591	(7.607)	7.949	1.808	100.741
Arrendamentos e aluguéis	280	(263)	143	1.307	1.467
	120.362	(34.766)	8.092	25.147	118.835

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	47.889	22.032
Constituição do direito de concessão - GSF	3.269	
Constituição do Uso do Bem Público no intangível	11.728	
Constituição/Reversão de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	(402)	1.307
Total	62.484	23.339

29 Compromissos contratuais e Garantias

29.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	2.682
Materiais e serviços	14.796	10.146	3.019	225	28.186	22.315
Prêmio de risco - GSF				446	446	430
	14.796	10.146	3.019	671	28.632	25.427

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022				31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia					-	2.765
Materiais e serviços	14.284	10.788	3.727	343	29.142	22.711
Prêmio de risco - GSF				872	872	872
	14.284	10.788	3.727	1.215	30.014	26.348

29.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Limite máximo garantido	
		31/12/2022	31/12/2021
Seguro de vida	Aval de acionista	12.440	11.319
Ações judiciais	Seguro garantia	652	539
		13.092	11.858

30 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	12.247	12.247	12.247	12.247
Usina	1.004.816	200.000	1.004.816	200.000
Linhas de Transmissão	3.888	3.888	3.888	3.888
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.101	1.101	1.101	1.101
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	12.440	(*)	11.319	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$247.595; e
- (iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.611.

Notas Explicativas



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31 Evento subsequente

31.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Manuel Veríssimo Marques da Cruz
Conselheiro

Luiz Otávio Assis Henriques
Conselheiro

Edison Antônio Costa Britto Garcia
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Allain Brasil Bertrand Júnior
Conselheiro

Felipe Ha Jung Kim
Conselheiro

João Antonio de Sousa Araújo Ribeiro da Costa
Conselheiro

Marlon Resende Junior
Conselheiro

Flávio Samuel Disitzer
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otávio Assis Henriques
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Rodolfo Colli da Cunha
Diretor Vice-Presidente

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Vice-Presidente de Controle

Patrícia Pereira Kleiber
Diretora Vice-Presidente

José Gleylson Fernandes Silva
Diretor Administrativo e Financeiro

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" TO

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais



Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Art.21 da Instrução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

Proposta de Orçamento de Capital



ORÇAMENTO DE CAPITAL

Não há proposta de Orçamento de Capital para a Companhia, devido à distribuição integral do lucro.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no Comentário de Desempenho e nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911 - São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Investco S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Investco S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do Contrato de arrendamento UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Consulte as notas explicativas 01, 06 e 22 às demonstrações financeiras)

A Companhia possui contrato de arrendamento da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado, o respectivo arrendamento se dá considerando a participação de cada concessionária no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece mensalmente os efeitos desse contrato de arrendamento, considerando inclusive sua atualização monetária, a qual ocorre em base anual.

Adicionalmente, a operação da usina é de responsabilidade da Companhia, incluindo sua manutenção, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários, sendo os bens revertidos para a União, quando do término do Contrato de concessão.

A receita auferida por este contrato de arrendamento é a principal receita da Companhia, sendo, em função de sua natureza e relevância, assunto de suma importância para entendimento por parte dos usuários previstos das demonstrações financeiras.

Em função disso, dos julgamentos envolvidos na forma de mensuração dos valores envolvidos e correção monetária do contrato de arrendamento, que podem impactar o valor das receitas de arrendamento e contas a receber nas demonstrações financeiras, o tema foi considerado como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- A avaliação do desenho e implementação, assim como, o teste de efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de arrendamento;
- Avaliação da acuracidade do cálculo da receita de arrendamento, performado pela Companhia, por meio do recálculo do valor reconhecido no resultado do exercício, aplicando o percentual definido em contrato sob o valor do imobilizado líquido de depreciação;
- Avaliação da precisão dos dados utilizados na mensuração da receita de arrendamento comparando o percentual aplicado sobre o saldo do imobilizado líquido com o percentual determinado em contrato, bem como comparando o índice de correção monetária utilizado no cálculo com os dados apresentados por fontes oficiais no período abrangido pelo contrato;
- Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes;

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos de receita com arrendamentos e arrendamentos a receber, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Investco S.A., em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2023 às 14:00 horas, no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o relatório sobre a revisão das Demonstrações Financeiras dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e o Comentário de Desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, manifestamo-nos, por maioria de votos, com parecer favorável às Demonstrações Financeiras tendo em vista que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

FELIPE HA JONG KIM
Conselheiro Efetivo

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

JOÃO ANTÔNIO DE SOUSA ARAÚJO RIBEIRO DA COSTA
Conselheiro Efetivo

MARLON RESENDE JUNIOR
Conselheiro Efetivo

FLÁVIO SAMUEL DISITZER
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que, em 24 de fevereiro 2023, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO
Diretor Vice-Presidente de Controle

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER
Diretora Vice-Presidente

JOSÉ GLEYLSON FERNANDES SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Administradores da Companhia, em atendimento ao disposto no inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Instrução CVM nº 80/2022, declaram que em 24 de fevereiro de 2023, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, bem como declaram que nessa mesma data, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes.

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

LOURIVAL TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO
Diretor Vice-Presidente de Controle

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Vice-Presidente

PATRÍCIA PEREIRA KLEIBER
Diretora Vice-Presidente

JOSÉ GLEYLSON FERNANDES SILVA
Diretor Administrativo e Financeiro

PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES JUNIOR
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação